

Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845)

LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI*

Os registros de batismo estão em alta entre os estudiosos de história social no Brasil. Esse prestígio é justificável. Cada vez mais pesquisadores os tem empregado, não apenas para estudos demográficos, mas também para investigar a formação de redes de relações entre sujeitos posicionados em diversos setores da sociedade (HAMEISTER, 2006; BRUGGER, 2007). Para o historiador interessado nas práticas e estratégias dos grupos menos favorecidos, a situação parece mesmo potencializar-se, uma vez que o problema da sub-representação dos subalternos é menor nestes documentos do que nas fontes patrimoniais. Considerando especificamente as relações de compadrio envolvendo escravos, contemplamos uma produção que tem se multiplicado por paróquias urbanas e por sertões espalhados pelo território da América Portuguesa e do Império do Brasil (GUDEMAN, SCHWARTZ, 1988; GÓES, 2001). Resenhá-la, aqui, com a seriedade que merece, seria um exercício que tomaria mais espaço do que o possível. Assim, as obras com as quais foi preciso fazer um diálogo direto serão mencionadas ao longo da análise.

De um modo geral, pode-se dizer que os estudos sobre o compadrio escravo chegaram a alguns denominadores comuns, mas também resultaram em alguns questionamentos persistentes. Os temas que atingiram um relativo consenso são o reconhecimento da importância dos vínculos familiares, não apenas de sangue, mas também rituais, para os cativos; e também a noção da efetiva importância do compadrio no contexto da formação e reiteração de grupos de convívio formado por laços sociais significativos, envolvendo cativos de diferentes escravarias, bem como libertos e pessoas livres. O que se segue a partir daí é uma grande variedade de padrões e interpretações. Essa diversidade não se dava apenas entre áreas com diferentes

* Professor do Departamento e do PPG em História da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

características sócio-econômicas, o que tornaria tudo muito mais simples, mas ocorria inclusive entre regiões semelhantes ou dentro de uma mesma região.¹

Por sua vez, uma das questões que seguem suscitando debates muito vivos está relacionada ao grau de ingerência que os senhores teriam na escolha dos padrinhos dos cativos, fossem eles crianças filhas de suas escravas ou africanos adultos. Um dos termos desse debate se refere à presença do paternalismo senhorial nas relações de compadrios de seus escravos. Stuart Schwartz analisou o compadrio escravo em Curitiba, entre o final do século XVIII e o início do XIX (SCHWARTZ, 2001). Além de salientar a importância dos padrinhos livres, o autor apontou a raridade dos casos em que senhores ou mesmo seus parentes batizaram seus cativos, argumentando a favor da pouca presença no paternalismo senhorial nas escolhas dos compadres pelos escravos. Por sua vez, Cacilda Machado, estudando São José dos Pinhais em período semelhante, apontou a inadequação de um estudo desse tipo baseado apenas em registros de batismo. Cruzando essas fontes com listas nominativas, Machado demonstra a presença significativa de parentes dos senhores como padrinhos de seus escravos. Percebe, nessas relações, tanto um conteúdo paternalista quanto uma estratégia dos escravos para estabelecer laços com várias casas e famílias situadas em diferentes posições sociais (MACHADO, 2007).

Um desdobramento dessa questão refere-se ao sentido que os laços compadrio estabelecidos pelos cativos tinham para a relação senhor-escravo. Implicariam eles em extensões da rede de relações dos senhores para outros domicílios e famílias? Ou significariam a formação de grupo de solidariedade entre escravos, livres e libertos tendo, por fim, uma força corrosiva para a escravidão?

Esta comunicação não foi estruturada com a pretensão de responder de forma suficiente a nenhuma dessas questões. O que me proponho, aqui, é refletir sobre tais temas a partir de um caso específico que permite perceber esses fatores operando concretamente. Trata-se da análise dos compadrios estabelecidos por um casal de escravos, Estêvão e Benedita, para cada um de seus cinco filhos, considerados conjuntamente com algumas das relações estabelecidas pela família de seu senhor, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, membro da elite política e militar da província do Rio Grande do Sul, na primeira metade do Oitocentos.

¹ Para uma resenha dessas questões, ver BACELLAR, 2007.

Porém, antes do estudo específico desse caso, é necessário realizar uma contextualização dos padrões gerais de compadrio escravo na capela de Alegrete, residência da família senhorial. Para tanto, o principal universo documental é o conjunto de 4.524 registros de batismo realizados em Alegrete, entre 1821, quando os registros começam a apresentar regularidade, e 1844, último ano a estar completamente dentro do período da Revolução Farroupilha.² Outras fontes, como registros de casamento, inventários *post mortem*, serão utilizadas de modo acessório.

Na capela de Alegrete

A capela de Alegrete foi fundada como capela em 1817.³ Esteve fechada entre janeiro de 1827 e dezembro de 1828, em virtude da guerra devastara a fronteira, resultando na derrota brasileira e na independência do Estado Oriental do Uruguai. Localizava-se em uma extensa área nos territórios ao sul do rio Ibicuí, recém conquistados pelos luso-brasileiros, inserida no que hoje é o quadrante sudoeste do estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da primeira metade do século XIX, ondas de migrantes luso-brasileiros vieram principalmente do Rio Grande de São Pedro, de Santa Catarina e de São Paulo. Parte desses conquistadores trouxeram escravos para tocar seus estabelecimentos na fronteira. Através da reprodução endógena e da aquisição de novos cativos, a população escravizada se consolidou na região, na primeira metade do Oitocentos (FARINATTI, 2010a).

Porém, essa conquista não se deu sobre uma terra vazia. Havia mais de século que os guaranis missioneiros vinham constituindo, na região, seus postos e estâncias, realizando atividades que iam muito além da simples preia do gado bravo, envolvendo amansamento e práticas criatórias (MORAES, 2006). Essa economia entrou em crise

² Esse marco final se dá em virtude de haver trabalhado, em uma primeira versão, com as transcrições dos registros de batismo efetuados pelo Centro de Pesquisas de Alegrete (CEPAL- coordenação Prof. Danilo Santos). Depois, foi realizado o cotejo com os originais. Quando da realização da coleta de dados para a primeira parte desta pesquisa, os registros que estavam disponíveis no Arquivo Diocesano de Uruguaiiana iam, de forma contínua, até outubro de 1844. Ademais, considero esse um intervalo de tempo pertinente para os propósitos deste estudo, uma vez que cobrem os primeiros tempos de instalação da capela até quase o final da Revolução Farroupilha.

³ Em 1814 foi erguida a primeira capela nas margens do rio Inhanduí, tendo sido queimada por ataques dos orientais. Em 1817, a capela foi reerguida nas margens do rio Ibirapuitã, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, acrescida do nome de Alegrete, em homenagem ao então governador da capitania, o Marquês de Alegrete. Depois, foi erguida a Capela Curada, tendo sido elevada à paróquia já fora do período trabalhado aqui, em 1846.

em fins do século XVIII, mas o território seguiu como um referente importante quando da desagregação dos Trinta Povos das Missões. Para ali, convergiram as populações missioneiras em busca de abrigo e de possibilidade de instalar-se e tocar suas vidas durante a conjuntura de epidemia bélica vivida pela região, na primeira metade do Oitocentos (FARINATTI e RIBEIRO, 2010). Além deles, migrantes platinos de fala espanhola, remanescentes charruas e minuanos e também europeus esparsos se faziam presentes (FARINATTI, 2010b).

Naquele território, formou-se uma pequena e poderosa elite de famílias que praticavam a grande pecuária visando o mercado das charqueadas do leste da província, o comércio de tropas e, por vezes, também negociavam gêneros diversos. Um grupo ainda mais restrito dentre eles partilhava o poder e estendia relações e influências muito além da região, com destaque para os que ocuparam altos cargos militares e de comando da fronteira. Junto a esses notáveis, havia uma larga base de médios e pequenos produtores agrários, artífices, trabalhadores assalariados e escravos.

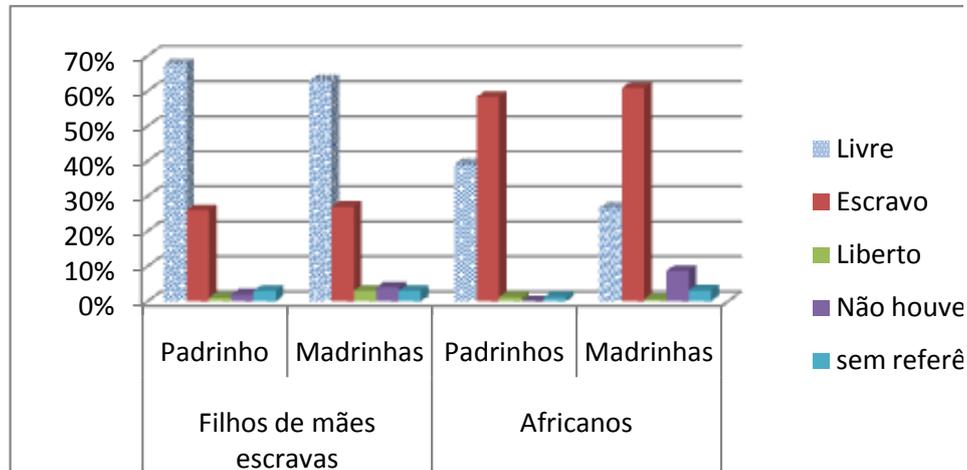
Dentre os 4.524 registros de batismo estudados, 3.643 (cerca de 80%) se referiam a batizados livres, 848 escravos (18,5%), 23 (1%) de libertos, 10 (0,5%) não apresentaram referência à condição jurídica. Em trabalho anterior, analisei os locais de nascimento dos pais e mães dos batizados livres. Na década de 1820 a predominância era dos nascidos nos Trinta Povos das Missões Guaraníticas, secundados pelos naturais do Rio Grande de São Pedro. Entre 1829 e 1844, essas posições se inverteram (FARINATTI, 2010b, pp. 3 e 4).

Compadrio escravo – números gerais

Foram batizados 688 crianças filhas de mães escravas e 160 africanos na capela de Alegrete, durante o período estudado. Como se pode perceber no **gráfico 1**, para os filhos de mães cativas, há um notável predomínio dos padrinhos e madrinhas livres. Ressalte-se a pequena proporção de libertos, o que não podemos saber agora se era devido a uma suposta pequena expressão demográfica na paróquia ou a omissão, pelos padres, da condição de liberto. Já os batismos de africanos, em número muito menor, apresentam um padrão praticamente invertido, com predominância dos padrinhos escravos.

Gráfico 1

Batizados de cativos africanos e de filhos de mães escravas (discriminados) segundo a condição jurídica do padrinho/madrinha (Alegrete 1821-1844)



Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4 (1816-1844). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Filhos de mães escravas: 652 registros. **Africanos:** 160 registros.

Aqui, será feita somente a análise do caso dos filhos de mães escravas, que é o universo pertinente para contextualizar a análise proposta. Nesse âmbito, mesmo quando se investiga apenas os padrinhos/madrinhas escravos, é impressionante a pouca incidência de escravos da mesma escravaria da mãe do batizando: apenas 12% tanto dos padrinhos, como das madrinhas. Cruzei as informações do batismo com banco de dados nominal construído desde pesquisa anterior e consegui identificar, ainda, 10% dos padrinhos e 11% das madrinhas como parentes diretos dos senhores (FARINATTI, 2010a).⁴ Assim, restam cerca de 78% dos padrinhos e 77% das madrinhas cativas pertencendo a escravarias fora da família senhorial.

Em síntese, para os filhos de mães escravas é nítido um padrão majoritariamente exógeno. Os escravos de Alegrete estavam buscando, preferencialmente, compadres livres e, quando se tratava de convidar cativos, escolhia-se com mais frequência os escravos de outros senhores. A predominância de padrinhos livres tem sido tradicionalmente relacionada com o baixo percentual de população escrava e com sociedades caracterizadas por pequenas escravarias (SCWHARTZ, 2001), enquanto que

⁴ Considerei parentes diretos os pais, filhos, irmãos, cunhados, avós, netos, tios e sobrinhos. O banco de dados referido foi construído a partir de inventários *post mortem*, registros de casamento, registros paroquiais de terras, ações cíveis diversas, processos criminais e escrituras públicas.

a maior presença de padrinhos escravos seria característica das áreas de grandes contingentes populacionais de escravos e grandes posses de escravos (RIOS, 2000), como as regiões da grande lavoura. Esse era o caso da capela de Alegrete? E até onde esse fator seria influente?

Para contextualizar a população escrava no período estudado, pode-se recorrer à listagem compilada pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a partir dos inventários *post mortem*.⁵ Em virtude dos contextos de guerra, os inventários da década de 1820 e dos anos entre 1841-44 são esporádicos. Assim, reconstituí uma estrutura de posse de cativos a partir dos dados da década de 1830, onde aqueles processos são regulares e reiterados. Vejamos a **tabela 1**.

Tabela 1
Estrutura de Posse de Escravos em Alegrete (1831-1840)

	Senhores	%	Escravos	%
41 a 50 cativos	3	7%	130	30%
21 a 40 cativos	2	5%	62	14%
11 a 20 cativos	8	20%	126	29%
5 a 10 cativos	9	22%	65	15%
até 4 cativos	19	46%	45	11%
TOTAL	41		428	

Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: inventários – o escravo deixado como herança. Porto Alegre: CORAG, 2010.

As maiores escravarias da amostra não passavam dos 50 cativos, sendo que apenas 12% delas tinham entre 20 e 50 indivíduos. Ou seja, mesmo as maiores posses não poderiam ser consideradas realmente grandes se comparadas às áreas de *plantation* em épocas de expansão. O universo senhorial era formado, majoritariamente, entre por senhores de pequenas e médias escravarias: 42% deles tinha entre 5 e 20 cativos e 46% tinha até 4 escravos. Como já apontei em estudo anterior, esses números provavelmente não se devem a uma pequena capitalização daquela economia, afinal, os africanos chegavam a 42% e a razão de masculinidade a 177 entre os cativos pertencentes a criadores de gado entre 1831 e 1850 (FARINATTI, 2010a). O que colaborava para a ausência de escravarias de maior dimensão eram as próprias características da grande

⁵ Em trabalho anterior, empreguei os próprios inventários manuscritos, porém, pesquisando apenas os processos que apresentavam bens rurais. Devido ao caráter acanhado do núcleo urbano da vila de Alegrete, na década de 1830, os percentuais encontrados foram muito próximos dos apresentados aqui (FARINATTI, 2010a).

pecuária, que exigia menos trabalhadores do que as atividades agrícolas e dos que os engenhos e charqueadas.

Esses primeiros números parecem confirmar a compatibilidade do padrão exógeno de compadrio com as áreas sem a predominância de grandes escravarias e com baixo percentual de população escrava. Em Alegrete, os escravos provavelmente ocupavam menos de ¼ da população total e a maior parte deles vivia em posses de até 20 indivíduos.

Contudo, não se deve tomar essa co-relação em termos absolutos. Se mudarmos o foco do universo senhorial para o dos escravos, percebemos que o padrão anterior é matizado pelo fato de que as posses realmente pequenas, com 4 ou menos indivíduos, abarcam apenas 11% da população cativa presente nos inventários *post mortem*. Mesmo se tomarmos todos os inventários que tem de 1 a 10 cativos encontraremos apenas 26% dos escravos. Na faixa seguinte, de 11 a 20 indivíduos, temos 29% dos escravos registrados naqueles documentos. E, muito significativo, se tomarmos as duas faixas superiores, temos 44% dos cativos vivendo em escravarias que tinham entre 20 e 50 indivíduos. Naturalmente, devemos ter em conta que os inventários sobre-representam as camadas mais ricas da população e não devem nunca ser comparados diretamente com as listas nominativas, por exemplo. Ainda assim, seria mais prudente considerar a região como uma área onde a maioria dos escravos vivia em escravarias de dimensões médias, se colocadas em contraste com algumas áreas de agricultura de abastecimento, de um lado e de *plantation*, de outro.

Ainda há outro fator a indicar que a busca por compadres livres ou cativos de outros senhores não era apenas uma resultante de uma baixa densidade demográfica entre os escravos de Alegrete. Assim como argumentou Carlos Bacellar para Paraitinga, também em Alegrete ocorria que, *mesmo nas grandes escravarias*, o padrão majoritariamente exógeno no que se refere aos filhos de mães escravas se repetia (BACELLAR, 2007). É o caso dos escravos do Coronel Bento Manoel Ribeiro, que levaram 16 crianças a batizar no período estudado aqui. Convidaram 9 madrinhas livres, 4 escravas pertencentes a outros senhores e 3 pertencentes ao mesmo senhor. Quanto aos padrinhos, são 12 livres, 2 cativos de outros senhores e 2 escravos do mesmo senhor.⁶

⁶ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4 (1816-1844). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Não se deve descartar a possibilidade de sub-registro de batizados escravos. Porém, não há como estimar sua monta nem quais as informações novas que esses hipotéticos batismos nos trariam. Assim, trabalhando com as informações de que disponho, creio ser possível afirmar que, na maioria dos casos, em Alegrete, o batizado era visto como um momento para estabelecer ou ritualizar relações preferentemente *para fora* da escravaria, fosse com pessoas livres das mais variadas qualidades, fosse com escravos pertencentes a outros senhores.

Abrindo o leque: os compadres de Estêvão e Benedita

Os escravos do Coronel Bento Manoel Ribeiro que levaram seus filhos a batizar na igreja de Alegrete, entre 1821 e 1844, eram 3 casais, somando um total de 6 filhos legítimos; e 5 mães solteiras ou viúvas, somando 10 filhos de pais incógnitos.⁷ Pelos registros de casamentos, sabemos que havia, ainda, dois escravos do Coronel Bento Manoel que eram casados com mulheres livres, embora não haja nenhum registro de batismos de seus filhos no período estudado. Embora não conheçamos o tamanho exato dessa escravaria na década de 1830, não há como deixar de pensar que esse é um número importante de casamentos, uma vez que, até 1844, foram celebradas apenas 30 cerimônias de casamento envolvendo escravos na capela de Alegrete.⁸ E mais, o índice de legitimidade dos batizados filhos de mães escravas é de apenas 7%, muito baixo se comparado a outras áreas do Brasil, especialmente regiões de *plantation* com maiores escravarias. Como também era baixo o índice de 3% filhos naturais, ou seja, filhos de casais escravos que, mesmo não sendo casados perante a Igreja, conseguiram o direito de ter o nome do pai registrado no batismo. Isso leva a considerar que o casamento e também as uniões consensuais que geravam reconhecimento sobre os filhos eram um privilégio obtido na negociação entre as demandas escravas e a política de domínio senhorial. Nesse sentido, o casamento e o reconhecimento dos pais dessas crianças era já um fator de diferenciação entre os próprios escravos.

⁷ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4 (1816-1844). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

⁸ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Casamentos 1 e 2 (1816-1844).

No Quadro 1, estão os nomes dos padrinhos dos filhos do casal na forma como estão grafados no registro, acrescentando um filho, Zacarias, que nasceu alguns meses depois de encerrado o prazo em análise aqui.

Quadro 1
Padrinhos e madrinhas dos filhos Estêvão e Benedita

Data	Batizando	Padrinho	Madrinha
06.10.1829	Felipa	Antônio, escravo de José Pinto de Magalhães	Quitéria, escrava de José Pinto de Magalhães
09.05.1831	Generoso	Pedro Francisco de Araújo	Úrsula, escrava de Belchior Monteiro Mancio
13.03.1833	Fausta	Francisco Antônio, pardo	Senhorinha, escrava de Joaquim Antonio
20.01.1840	Sofia	Antonio Joaquim	Micaela
02.03.1845	Zacarias	Tenente Domingos Matias de Azevedo	Julia Ribeiro

Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2 fls. 133v, 352, 364v, 387v (1829-1840). Livro de Batismo de Escravos fl. 3v (1845). Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

A um primeiro olhar, o que impressiona é a variedade de condição social dos padrinhos dos filhos desse casal. Ao contrário do que ocorria com as mães e pais dos batizados, os diferentes padres que assinaram registros de batismo na capela de Alegrete não costumavam detalhar informações sobre os padrinhos. A única informação dada regularmente é a da condição jurídica. Poucos são os registros em que são mencionadas a cor da pele ou a origem dos padrinhos. Ainda assim, os batismos expressam sim traços de um modo de hierarquização social de bases costumeiras (FERREIRA, 2008; FRAGOSO, 2009). Os padres da capela de Alegrete identificavam os padrinhos com um grau crescente de complexidade. Havia aqueles que tinham apenas seu nome grafado. Outros, tinham registrado o que nos parece hoje dois nomes (e.g., Maria Francisca, Manoel Antônio), ainda que o segundo prenome pudesse funcionar como um sobrenome, já que, por vezes, podia ser transferido aos filhos. A seguir, temos os que tinham registrado nome e sobrenome. Por fim, havia os que, antes do nome completo, traziam algum sinal de distinção social, como o apelativo *dona* para

as mulheres e os postos de oficiais do exército (mais raros), de milícias (até c. 1831) ou da guarda nacional (a partir de 1831) para os homens. Lembremos que, se esses postos já eram sinal de prestígio em qualquer área do Brasil, isso era tanto mais efetivo na fronteira meridional, onde tanto as milícias como a guarda nacional combatiam em guerras civis e contra inimigos externos (RIBEIRO, 2005). Esses oficiais tinham ingerência sobre o recrutamento de soldados, as requisições de gados e cavalos e o aprovisionamento de tropas, o que influenciava diretamente a economia naquele contexto de guerras crônicas. Além disso, o posto militar trazia em si todo um discurso de legitimação de acesso a recursos a partir da conquista daquelas terras, iniciada no começo do Oitocentos e ainda em processo na década de 1820 (FARINATTI, 2010a).

A variedade nas condições jurídicas e na qualidade social dos padrinhos é evidente. Há silêncio sobre a cor da maioria dos padrinhos e madrinhas livres. Temos apenas um deles sendo nomeado como *pardo*, mas o fato de não terem sobrenomes mencionados sugere que não foram consideradas pessoas de alta qualidade social. Ainda, o nome Micaela era, majoritariamente, um nome de mulheres de origem guarani missioneira, sendo, com muito menor frequência, um nome dado a escravas. Em síntese, temos os filhos do casal sendo batizados por combinações diversas, nessa ordem: um casal de escravos, um homem livre com menção de sobrenome e uma escrava, um homem livre pardo e uma escrava, duas pessoas livres referidas sem sobrenome e, finalmente, um oficial e uma mulher com nome e sobrenome.

Os compadres presentes nos quatro primeiros batizados evidenciam um grupo de convívio entre pessoas de diferentes condições, como já se percebeu para diversas partes do Brasil escravista. Estêvão e Benedita estabeleceram laços de compadrio com cativos de três diferentes escravarias, sendo que apenas uma cativa pertencia a parentes de seu senhor, caso de Úrsula, escrava de Belchior Monteiro Mancio e de Dona Ana Dorotea Ribeiro, genro e filha do Coronel Bento Manoel. Também incluíam uma mulher que, provavelmente, tinha origem guarani, um homem pardo e outro cujo sobrenome foi omitido. Dentre esses compadres, o único que parece fugir ao padrão é Pedro Francisco de Araújo, ostentando nome e sobrenome. Há registro de que as relações de alguns desses compadres com Estêvão e Benedita eram reiteradas. Naquele mesmo ano de 1829, Benedita e o escravo Antonio, padrinho de sua filha, apadrinharam

juntos a filha de uma cativa de outra escravaria.⁹ Por sua vez, dois anos depois de batizar a filha de Estêvão e Benedita, o pardo Francisco Antônio foi novamente convidado a apadrinhar outra criança escrava do Coronel Bento Manoel.¹⁰ Já a tal Micaela, em 1837, três anos antes de batizar a filha de Estêvão e Benedita, havia batizado a filha de outra criança dessa mesma escravaria.¹¹ Por fim, o padrinho registrado com nome e sobrenome, Pedro Francisco de Araújo, sem dúvida tinha forte inserção entre os subalternos, pois foi padrinho 7 vezes, de 5 crianças livres e 2 escravas. Das crianças livres, apenas uma era legítima, sendo as outras todas filhas de mães solteiras, uma delas parda liberta e outras três naturais das Missões ou de províncias argentinas.¹²

Assim, esses quatro batizados são compatíveis com a iniciativa e relativa autonomia dos escravos na escolha de seus compadres. Estes foram escolhidos entre pessoas que formavam seu heterogêneo grupo de convívio. Com exceção de uma madrinha, escrava da filha de seus senhores, nenhum desses compadres foi escolhido entre os membros ou cativos da família senhorial. Infelizmente, a inexistência de fontes como as listas nominativas, nos impede de conhecer prováveis relações de vizinhança que ajudavam a estruturar essas relações. Que fique claro, quando utilizo a expressão grupo de convívio, não estou indicando um conjunto desprovido de hierarquia interna. Pelo contrário, a presença de pessoas livres, uma delas sempre grafada com sobrenome toda vez que apareceu em qualquer registro de batismo no período estudado, já sugere que neste conjunto de batismo há alianças horizontais, mas também verticais na escala social.

Porém, uma diferença ainda maior ocorre no batizado do quinto filho do casal, onde aparece nada menos do que um oficial batizando juntamente com uma mulher grafada com nome e sobrenome. É grande a tentação de ver na trajetória de escolha dos padrinhos dos filhos de Estêvão e Benedita uma tentativa de ascensão social desse casal de cativos. Porém, essa é apenas uma das faces da questão. É preciso ter em conta a

⁹ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

¹⁰ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

¹¹ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

¹² Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

especificidade do batismo e das relações que ele engendra. Como vem sendo percebido em diversos estudos desde há muito tempo, os fatores generativos dos padrões de compadrio são variados e essa complexidade precisa ser respeitada, descrita e analisada.

Como referi anteriormente, parece certo que os escravos de Alegrete, em maioria, viam no compadrio um bom momento para ritualizar ou firmar alianças *para fora* de sua escravaria. Os dados agregados sugerem isso e o caso de Estêvão e Benedita o confirmam, uma vez que, mesmo fazendo parte de uma escravaria de grandes dimensões, não escolheram nenhum companheiro de cativo para padrinho ou madrinha de seus filhos. E tiveram nada menos do que dez oportunidades para isso. Nesse sentido, a aliança com o Tenente Domingos Matias de Azevedo era, seguramente, um sinal de prestígio para Estêvão e Benedita, bem como podia trazer a esperança de que seu filho, Zacarias, pudesse contar com alguma proteção no universo de dificuldades que o cativo proporcionava. Havia contato prévio entre as escravarias do Coronel Bento Manoel e do Tenente Domingos Matias. Em novembro de 1829, a própria Benedita e seu compadre Antônio batizaram uma filha de Umbelina, escrava do dito Tenente.¹³ Isso poderia sugerir a existência de uma relação direta entre Benedita e o Tenente Azevedo, sem uma importante mediação de seu senhor.

Porém, há outro dado a ser considerado, que reconfigura a interpretação. No mesmo dia em que batizou Zacarias, o Tenente Azevedo, acompanhado de Dona Ana Mendes de Almeida, também batizou Anselma, liberta na pia batismal, filha da parda Inácia, também escrava do Coronel Bento Manoel Ribeiro. Nesse mesmo dia, outras duas crianças filhas de outras duas escravas do Coronel Bento Manoel foram batizadas pelo filho homônimo do Tenente Azevedo e por mulheres que foram designadas como Dona. Ou seja, não foi apenas a proximidade entre o casal Estêvão-Benedita e os escravos do Tenente que possibilitaram que fosse feito o convite para o apadrinhamento.

Na verdade, o batizado de Zacarias transcendia a esfera das relações estabelecidas pelos escravos, fazendo parte de uma série de ações e ritualizações que marcam a aproximação entre as duas famílias senhoriais. Essa aproximação se dava dentro do mesmo estrato social, mas isso não elidia seu caráter hierárquico. O Coronel Bento

¹³ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Manoel Ribeiro fazia parte da notabilidade local, pelo menos, desde o início da década de 1820, após participar das campanhas de conquista da Cisplatina. Naqueles anos, ocupou o cargo de Comandante da Fronteira de Alegrete. Na década de 1830, seu prestígio e capacidade de influência haviam se tornado ainda maiores, chegando a níveis provinciais, pois foi Comandante de Armas da Província e ocupou posição de liderança, em momentos sucessivos, dos dois lados da Revolução Farroupilha (1835-1845) (FARINATTI, 2010a). As relações de compadrio estabelecidas pela sua família deixam claro que, se sua esfera de atuação era provincial, com presença mesmo na Corte e no Estado Oriental do Uruguai, o enraizamento de suas relações em Alegrete, capela de sua residência, o colocava em posição ainda de maior evidência dentre a notabilidade local. Como foi possível perceber em estudo anterior, entre os cinco casais que mais vezes compareceram como padrinhos e madrinhas na pia batismal da igreja de Alegrete, entre 1816 e 1844, três eram formados pela família do Coronel Bento Manoel (ele e sua esposa, sua filha Dona Ana Dorotea e o genro, seu filho Capitão Severino Ribeiro de Almeida e sua esposa). Esses três casais somam, juntos, nada menos do que 70 batismos, o que conferia à família uma rede de compadres e afilhados realmente impressionante (Farinatti, 2010c). É possível imaginar o que representava essa massa de aliados e possíveis clientes para uma família que se dedicava a buscar a notabilidade regional e ir além, visando alcançar a partilha do poder provincial e ocupar o papel de mediadores entre a Corte, a província e a paróquia.

Na década de 1820, quando ocupou o Comando da Fronteira de Alegrete, o Coronel Bento Manoel foi convidado para apadrinhar 11 vezes, sendo que, em 7 se tratavam de filhos de oficiais de milícias, todos menos graduados do que ele (FARINATTI, 2010c), demonstrando a existência de um grupo de aliados no comando militar e político da fronteira. Nas décadas de 1830 e 1840, mais do que Bento Manoel, foram sua esposa, filha e filho os mais convidados a apadrinhar. Ao contrário do padrão um tanto elitista que caracterizava os compadres de Bento Manoel (com uma exceção, só apadrinhou crianças livres, brancas e filhas legítimas), esses outros membros da família tinham um leque de compadres de condições sociais mais variadas (Farinatti, 2010c).

Por sua vez, o Tenente Azevedo era um homem de boa qualidade social, como testemunha o reconhecimento dos párocos, sempre assinalando seu posto quando

registravam seu nome nos registros de batismo, mas sua atuação não passava da esfera local e ele jamais ocupara altos postos de comando, nunca ultrapassando o posto de tenente, posto dos mais baixos entre os oficiais. Sua relação com os Ribeiro de Almeida, ritualizada por compadrio na década de 1830, se dava de modo claramente hierárquico. O Tenente convidara a filha e o genro do Coronel Bento Manoel para apadrinharem dois de seus filhos, em 1831 e 1833. Além disso, seu neto também fora batizado por Dona Ana Dorotea, em 1836.¹⁴ A contrapartida se deu em 1845, quando estavam arrefecendo as turbulências criadas pelo conflito farroupilha. Contudo, não veio de forma não igualitária e sim de modo a marcar a diferença de posições. O Tenente e seu filho foram convidados a apadrinhar filhos dos *escravos* do já Brigadeiro Bento Manoel, em uma cerimônia coletiva de quatro batizados realizados no mesmo dia de março daquele ano.

Considerações Finais

O caso de Estêvão e Benedita aponta para diferentes gradações da presença senhorial nas escolhas de compadres de seus escravos. Como já foi dito, nos primeiros quatro casos, não houve evidência de que o senhor tenha interferido de modo significativo. Os escravos se moveram dentro de seu grupo de convívio buscando estabelecer relações em outras escravarias e com pessoas livres. Porém, no caso do batizado de Zacarias, os indícios sugerem uma congruência entre os movimentos de reciprocidade entre senhores, de um lado, e as demandas dos escravos por padrinhos de alta extração social, de outro.

Essas análises apontam para duas conclusões parciais. Em primeiro lugar, confirmam o caráter fortemente hierarquizado daquela sociedade. Ali, a dicotomia *livres* x *escravos* certamente era importante, mas estava longe de ser a única referência relevante nos processos de hierarquização social. Como já se vem afirmando para vários contextos da sociedade da América Portuguesa e do Império do Brasil, o escalonamento se dava entre os diferentes estratos, mas também dentro deles (FRAGOSO, 2006 e 2009; FERREIRA, 2008). O grupo de relações que envolvia escravos, libertos, pardos livres, índios e homens livres sem notabilidade era, ele mesmo, hierarquizado.

¹⁴ Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livro de Batismos n. 2. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Por outro lado, o estudo desse caso dá uma mostra da complexidade que a questão da interferência senhorial no compadrio escravo assumia, quando observada nas situações concretas. Imaginar essas relações apenas como formas de autonomia e resistência ou, de outro lado, como sempre funcionais com os interesses senhoriais parecem procedimentos igualmente inadequados. Ao invés disso, o compadrio se apresenta como uma situação variável de acordo com circunstâncias e conjunturas específicas. Isso, porém, não quer dizer que tenha tido caráter aleatório e que o casuísmo seria uma boa descrição para essas práticas. Não há dúvidas de que se tratava de uma oportunidade importante para o estabelecimento ou ritualização de relações significativas para os escravos e para seus senhores. E, no caso dos cativos de Alegrete, isso é tanto mais verdadeiro ao nos dermos conta da raridade dos casamentos. Nesse sentido, como tudo que era importante para os cativos, o momento da batizar os filhos se constituía em uma espaço para negociações com os senhores. A presença senhorial certamente se fazia sentir, mesmo nos casos de escolhas mais autônomas, aparecendo como um limitante. Como mostrou João Fragoso para o caso do Rio de Janeiro e, até esta altura da pesquisa vai se confirmando para o contexto estudado aqui, escravos pertencentes a pessoas que compunham facções rivais a de seu senhor não eram convidados a apadrinhar (FRAGOSO, 2006). Porém, uma interferência mais efetiva ocorria em alguns casos e não em outros, dependendo da conjuntura das relações sociais e políticas da família senhorial. Assim, os batizados dos filhos dos escravos, inclusive os de um mesmo casal, como era o caso do batizado de Felipa, a primogênita, e de Zacarias, o caçula de Estêvão e Benedita, podiam apresentar padrões diferentes, gerados por fatores diversos.

Referências Bibliográficas

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luis do Paraitinga, capitania de São Paulo, 1773-1840). In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007. Anais Eletrônicos (<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/14.14.pdf>)
- BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Anablume, 2007.
- FERREIRA, Roberto Guedes. Estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas. Uma análise comparada (Porto Feliz/São Paulo/Brasil e Torbee/São Domingos, séculos XVIII e XIX). In: *Fronteiras*, Dourados (MS), v. 10, n. 18, p. 51-93, jul/dez 2008.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010a.
- _____. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). IN: DREHER, Martin (org.). *Migrações: mobilidade social e espacial. XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo (RS), UNISINOS, CD-ROM, 2010b.

- _____. Famílias, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In: X Encontro Estadual de História. ANPUH-RS, Santa Maria, 2010c. Anais eletrônicos (<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#L>)
- FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, Max R.P. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: *XII Simpósio Internacional HIU. A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, CD-ROM, 2010.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. In *Revista Ciência e Ambiente*. Santa Maria: UFSM, nº 33, jul/dez, 2006, pp. 97-120.
- _____. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- GÓES, José Roberto Pinto de. “Tráfico, demografia e política no destino dos escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX”. *Paper* apresentado no III Congresso de Historiadores Latinoamericanistas y del Caribe / ADHILAC, Pontevedra, outubro de 2001.
- GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988
- HAMEISTER, Martha. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).
- MACHADO, Cacilda. Compadrio de escravos e paternalismo, o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007. Anais Eletrônicos (<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/12.12.pdf>)
- MORAES, María Inés. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. In *Ciencia & Ambiente*. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.
- RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.
- RIOS, Ana Maria Lugão. “The politics of kinship. Compadrio among slaves in Nineteenth-Century Brazil” en *The History of Family. An International Quarterly*, vol. 5, nº 3, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001.